

Heloísa quer rediscutir o projeto da transposição

Exportadores, segundo a senadora, serão os maiores beneficiários da transposição do Rio São Francisco. "Só 5% das águas transpostas serão usadas para abastecer vilas e cidades da região", afirma.

Página 8

Câmara pode examinar projeto das eleições gerais

Paulo Octávio obtém do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, a promessa de agilizar a tramitação da proposta que unifica a data das eleições municipais, estaduais e federais. Idéia é de autoria do senador.

Página 6

Lobão apóia nova campanha para desarmar

Presidente da Comissão de Justiça do Senado, Edison Lobão apóia a Caravana do Desarmamento, que tem como objetivo mobilizar a população em favor da entrega voluntária de armas.

Página 2

Suassuna nega quebra de acordo na biossegurança

Relator garante que acolheu apenas parte de emenda de Heloísa Helena, excluindo a proibição de pesquisa com determinadas variedades geneticamente modificadas

O senador Ney Suassuna, relator do projeto da Lei de Biossegurança, esclareceu ontem que acolheu três emendas de Plenário à proposta. Duas sugeriam aperfeiçoamento da redação, e a terceira, da senadora Heloísa Helena, de fato, vedava pesquisa com de-

terminadas variedades geneticamente modificadas. Ele afirmou que acolheu parcialmente a emenda, excluindo essa proibição.

Suassuna manifestou sua satisfação ao comunicar que o governo federal vai trabalhar pela aprovação, na Câmara dos Deputados, do texto do Senado. Ao fazer

uma avaliação do projeto, ele destacou que a Lei de Biossegurança representa grande avanço em relação a temas como células-tronco e transgênicos.

O *Jornal do Senado* publica, nesta edição, os principais pontos da proposta aprovada na quarta-feira pelo Plenário.



Célio Azevedo

AValiação Suassuna afirma que Lei de Biossegurança representa um grande avanço na pesquisa

Página 3

Bancários pedem ajuda para reabrir negociação

Representantes dos trabalhadores pedem interferência do presidente do Senado. Paim anuncia audiência pública na CAS para discutir o problema, e Flávio Arns considera justas as reivindicações da categoria

Gerardo Magela



APELO Dirigentes da confederação dos bancários explicam a Sarney que proposta das empresas é insuficiente

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito. Eles pediram apoio à tentativa de reabertura de negociações entre o governo e os bancários em greve. A paralisação, que dura mais de três semanas, foi tema de discurso dos senadores Paulo Paim e Flávio Arns. Ambos defenderam a reabertura das negociações e consideraram justas as reivindicações da categoria.

Página 4

Plenário discute críticas de Fernando Henrique ao PT

Página 5



PESQUISA Luiz Pontes diz que números sobre aumento de impostos foram revelados pelo IBPT

Luiz Pontes preocupado com carga tributária

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) disse que está preocupado com o aumento da carga tributária no país. Segundo ele, os tributos foram elevados em 1,2% no primeiro semestre de 2004 em relação ao mesmo período do ano passado, representando, conforme observou, aumento de arrecadação da ordem de R\$ 28,05 bilhões em impostos.

Luiz Pontes fez essas afirmações tomando por base análise realizada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) referente à evolução de tributos no país.

Carga

O estudo mostra também, conforme o senador, que no primeiro semestre deste ano a carga tributária representou 38,11% do produto interno bruto (PIB), contra 36,91% no mesmo período de 2003.

Depois de pedir a transcrição da pesquisa nos Anais da Casa, Luiz Pontes acrescentou, ainda com base no trabalho realizado pelo IBPT, que a previsão do instituto é de que a média *per capita* de impostos pagos pelos brasileiros em 2004 chegue a R\$ 3.590, uma elevação de 14% em relação a todo o ano de 2003.

Lobão elogia campanha pelo desarmamento

■ Senador afirma que programa lançado ontem no Paraná deverá ampliar recolhimento de armas

Ao elogiar o lançamento da Caravana do Desarmamento, ocorrido ontem, em Curitiba, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que o programa deverá ampliar o recolhimento de armas de fogo. A iniciativa tem como objetivo impulsionar e mobilizar autoridades e população civil em favor da campanha de entrega voluntária de armas.

Segundo o senador, que é



CONVÊNIO Segundo Lobão, delegacias, quartéis e até igrejas servirão de postos para a devolução

presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), já foram recolhidas cerca de 120 mil armas, total que ultrapassou a meta inicial do governo, de 80 mil até o fim

do ano. A nova estimativa é coletar 200 mil unidades até 20 de dezembro.

A Caravana do Desarmamento deverá percorrer as capitais do país assinando convênios com os governadores e credenciando novos postos para receber armas, como delegacias de polícia, quartéis do Exército e instituições da sociedade civil, como as igrejas. O telefone para esclarecimento de dúvidas sobre o Estatuto do Desarmamento e sobre a campanha é o 0800-729-0038.

– O que se pretende agora é ampliar o esforço do governo, aumentando também os pontos receptores de armas – afirmou Edison Lobão.



RECEITA Luiz Otávio registra crescimento do setor de serviços e das exportações do estado

Economia do Pará mostra bons resultados

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) destacou os bons resultados da economia do Pará nos últimos anos. Ele informou que o estado registrou elevação da receita no setor de serviços e aumento do número de empregos com carteira assinada, além de alta nas exportações.

Para o senador, esse “ciclo virtuoso” tem explicação no cuidadoso trabalho efetuado pelo governador Simão Jatene, que, segundo assinalou, deu continuidade ao que de bom já vinha sendo empreendido pela gestão de Almir Gabriel.

Luiz Otávio citou investimentos de US\$ 1 bilhão até 2010, que vão viabilizar a implantação do maior projeto de extração e beneficiamento de níquel no Brasil, na região de Carajás. O setor de serviços no estado, disse, cresceu na geração de receita bruta, na criação de postos de trabalho e no surgimento de empresas.

Pesquisa Anual de Serviços (PAS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica, segundo Luiz Otávio, que a receita bruta gerada pelo setor no Pará cresceu 36,5% de 2001 para 2002.

Emprego

Houve aumento também no número de empregos no setor de serviços, que saltou de 60.642 em 2001 para 67.123 um ano depois. O estado registrou ainda o melhor resultado da Região Norte na geração de empregos com carteira assinada em agosto deste ano, conforme levantamento do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

As exportações tiveram elevação de 47,07% de janeiro a agosto deste ano, em comparação com o mesmo período de 2003. Isso representa quase 15% acima da média nacional, de 32,84%. Segundo o senador, as exportações de ferro-gusa cresceram 148,42% em 2004.

Agenda

Plenário

O Plenário realiza hoje, a partir das 9h, sessão não deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos. Por conta do feriado de 12 de outubro, não haverá sessões plenárias na segunda e na terça-feira. Os trabalhos dos senadores são transmitidos ao vivo pela Rádio e pela TV Senado e têm cobertura em tempo real da Agência Senado.



Arte baiana

O Gabinete de Arte, localizado na Presidência da Câmara (edifício principal), inaugurou na última quarta-feira uma mostra sobre a arte baiana, em que estão expostas obras de dez artistas do estado. Essa é a terceira mostra do espaço, que fica aberto à visitação de sexta a segunda-feira, das 9h às 17h.

Sax de Ouro

O músico pernambucano Ivanildo, o Sax de Ouro, é o convidado do Espaço Cultural, que vai ao ar pela TV Senado amanhã às 15h. O músico interpreta clássicos como *Carinhoso*, de Pixinguinha, e *Luzes da Ribalta*, de Charles Chaplin.

Literatura infantil

O *Autores e Livros* desta semana celebra o Dia da Criança. O programa, transmitido pela Rádio Senado no domingo, às 9h, entrevista Sergio Caparelli, um dos principais nomes da poesia infantil contemporânea e autor de *O Boi da Cara Preta*.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Biossegurança é um avanço, afirma Suassuna

Relator da proposta nega ter rompido acordo ao aceitar emendas que aperfeiçoam o texto

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) agradeceu o apoio que seu relatório sobre o projeto da Lei de Biossegurança recebeu do Plenário. O projeto foi aprovado com 53 votos favoráveis, 2 contrários e 3 abstenções. Suassuna negou que tenha havido rompimento de acordo quando ele resolveu acatar emendas apresentadas pelos senadores.

Das três emendas acolhidas,



Roosevelt Pinheiro

SATISFAÇÃO Suassuna anuncia que o governo vai trabalhar pela aprovação de seu texto na Câmara

explicou Suassuna, duas apenas aperfeiçoaram a redação da lei. Uma terceira, proposta pela senadora Heloísa Helena

(PSOL-AL), que gerou polêmica, propunha a proibição da pesquisa, utilização, comercialização, registro, patenteamento e licenciamento de tecnologias genéticas de restrição do uso. Suassuna disse que, diferentemente do que alguns senadores pensaram a princípio, ele apenas aceitou parcialmente a emenda, excluindo a proibição da pesquisa.

– Ao final da decisão houve uma certa balbúrdia. Houve um certo desentendimento porque o senador Osmar Dias (PDT-PR), com aquele seu jeito de atropelamento, aquele vozeirão, dizia que a emenda de Heloísa Helena descaracterizava o projeto. Só depois que ele

percebeu que estava baseando sua crítica no texto da emenda e não no meu relatório, onde eu apenas aceitei parcialmente a proposta da senadora, foi que ele se conformou – relatou Ney Suassuna.

O senador também manifestou sua satisfação ao comunicar que o governo federal vai trabalhar pela aprovação, na Câmara dos Deputados, do texto do Senado, em vez do projeto que aquela Casa havia aprovado anteriormente e enviado para apreciação do Senado. Ele destacou que a Lei de Biossegurança representa um grande avanço em relação a temas como células-tronco e transgenia.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena confessou ter ficado surpresa com o fato de o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), na sessão de quarta-feira (6) que aprovou a Lei de Biossegurança, ter dito que havia “coisas subterrâneas” e que Suassuna teria quebrado acordo ao acolher emendas ao seu projeto.

– Ele tinha de respeitá-lo, entender que ele não tinha estudado o assunto. Tenho a impressão que, quando o líder soube que a emenda era minha, teve um certo ataque e, sem saber o que estava acontecendo, acabou dizendo que havia alguma coisa subterrânea – comentou Heloísa Helena.

O que o Senado aprovou

Limites da pesquisa, plantio e comercialização de transgênicos

Libera a pesquisa (em laboratório ou no campo), o plantio e a comercialização de plantas geneticamente modificadas (transgênicas), desde que com autorização da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e/ou do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS). Proíbe a utilização, a comercialização, o registro, o patenteamento e o licenciamento de sementes modificadas de tal forma que produzam grãos estéreis, processo conhecido como “gene terminator”. A pesquisa com esse tipo de semente não está proibida.

Crimes e penas

1) Utilizar embrião humano em desacordo com o que dispõe o art. 5º do projeto.

— Reclusão, de um a três anos e multa.

2) Praticar engenharia genética em célula germinal humana, zigoto humano ou embrião humano.

— Reclusão, de um a quatro anos e multa.

3) Realizar clonagem humana.

— Reclusão, de dois a cinco anos e multa.

4) Liberar ou descartar OGM no meio ambiente, em desacordo com as normas estabelecidas pela CTNBio e pelos órgãos e entidades de registro e fiscalização.

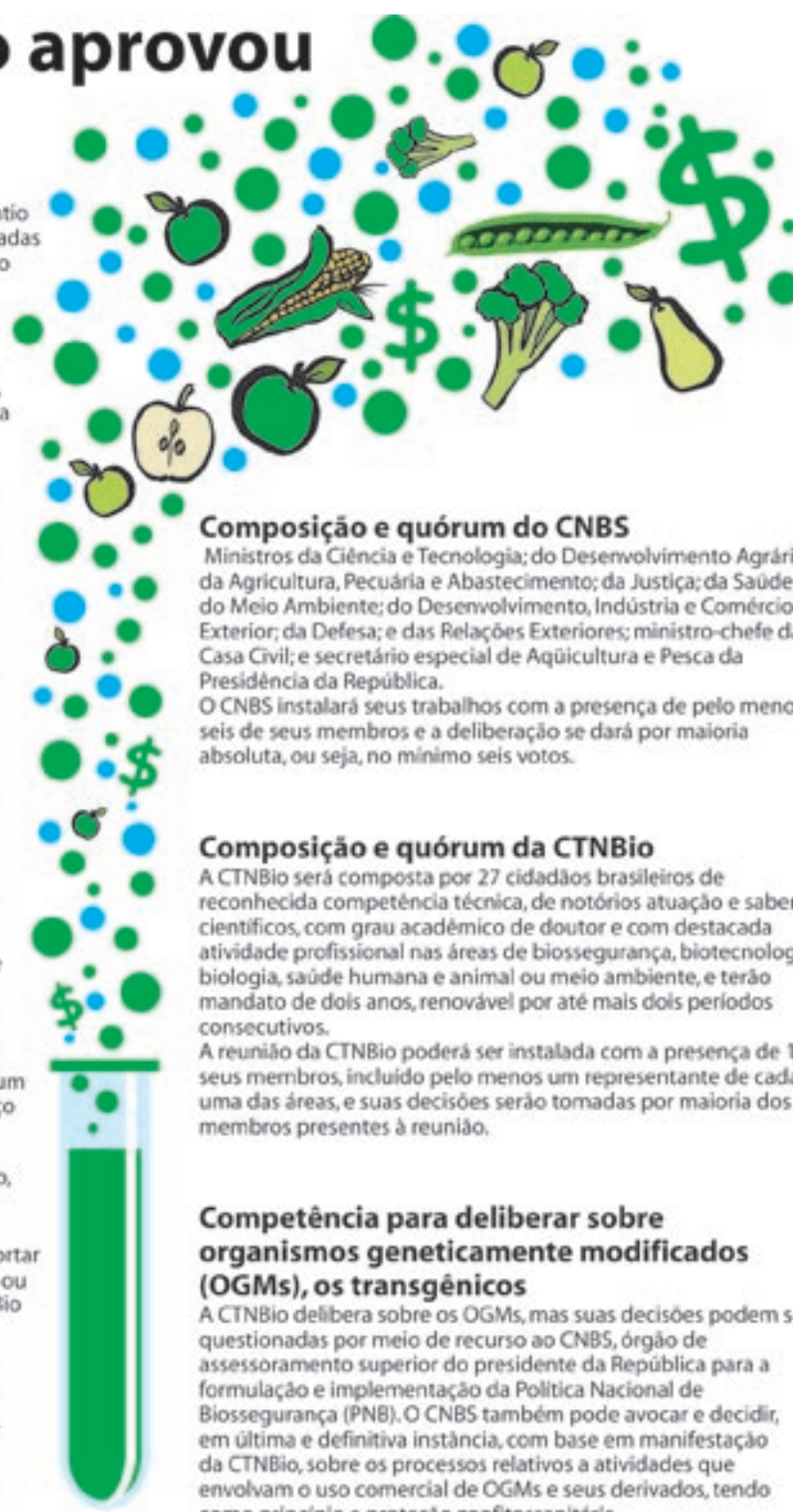
— Reclusão, de um a quatro anos e multa. Se o crime é culposo, a pena será de dois a quatro anos de reclusão e multa. A pena será agravada de um sexto a um terço, se resultar dano a propriedade alheia; de um terço até a metade, se resultar dano ao meio ambiente; da metade até dois terços, se resultar lesão corporal de natureza grave em outrem; e de dois terços até o dobro, se resultar a morte de outrem.

5) Produzir, armazenar, transportar, comercializar, importar ou exportar OGMs ou seus derivados, sem autorização ou em desacordo com as normas estabelecidas pela CTNBio e pelos órgãos e entidades de registro e fiscalização.

— Reclusão, de um a dois anos e multa.

6) Utilizar, comercializar, registrar, patentear e licenciar tecnologias genéticas de restrição do uso.

— Reclusão, de dois a cinco anos e multa.



Composição e quórum do CNBS

Ministros da Ciência e Tecnologia; do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Justiça; da Saúde; do Meio Ambiente; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Defesa; e das Relações Exteriores; ministro-chefe da Casa Civil; e secretário especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República.

O CNBS instalará seus trabalhos com a presença de pelo menos seis de seus membros e a deliberação se dará por maioria absoluta, ou seja, no mínimo seis votos.

Composição e quórum da CTNBio

A CTNBio será composta por 27 cidadãos brasileiros de reconhecida competência técnica, de notórias atuação e saber científicos, com grau acadêmico de doutor e com destacada atividade profissional nas áreas de biossegurança, biotecnologia, biologia, saúde humana e animal ou meio ambiente, e terão mandato de dois anos, renovável por até mais dois períodos consecutivos.

A reunião da CTNBio poderá ser instalada com a presença de 14 de seus membros, incluído pelo menos um representante de cada uma das áreas, e suas decisões serão tomadas por maioria dos membros presentes à reunião.

Competência para deliberar sobre organismos geneticamente modificados (OGMs), os transgênicos

A CTNBio delibera sobre os OGMs, mas suas decisões podem ser questionadas por meio de recurso ao CNBS, órgão de assessoramento superior do presidente da República para a formulação e implementação da Política Nacional de Biossegurança (PNB). O CNBS também pode avocar e decidir, em última e definitiva instância, com base em manifestação da CTNBio, sobre os processos relativos a atividades que envolvam o uso comercial de OGMs e seus derivados, tendo como princípio a proteção zootossanitária.

Plantio da safra 2004/2005

Autoriza a produção e a comercialização de sementes de cultivares de soja geneticamente modificada tolerantes a glifosato registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) e o plantio de grãos de soja geneticamente modificada tolerante a glifosato, reservados pelos produtores rurais para uso próprio na safra 2004/2005, ficando vedada sua comercialização como semente. Há, ainda, a possibilidade de o Poder Executivo prorrogar essa autorização.



Pesquisas com embriões para a cura de doenças

Proíbe a clonagem humana e a clonagem terapêutica e autoriza o uso de células-tronco embrionárias obtidas a partir de embriões excedentes dos processos de fertilização *in vitro* (reprodução assistida), desde que sejam inviáveis para implantação, ou estejam congelados há três anos ou mais, ou já estejam congelados na data da publicação da lei e completem três anos de congelamento. Torna obrigatória a autorização dos genitores e veda a comercialização desse material biológico, criminalizando sua prática.



Rótulos

Os alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de OGMs ou derivados deverão conter informação nesse sentido em seus rótulos, conforme regulamento.

Bancários em greve pedem que Sarney ajude a reabrir negociação

Representante dos trabalhadores afirma que proposta de bancos públicos é insatisfatória

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec), Lourenço do Prado, que pediu sua interferência junto ao governo para serem reabertas as negociações com os bancários em greve. À saída da audiência, o representante da Contec informou que Sarney prometeu interceder.

Prado afirmou que a proposta apresentada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) para o reajuste salarial dos bancários não atende às reivindicações dos empregados dos bancos públicos federais, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Também disse que,

Gerardo Magela



MEDIAÇÃO Lourenço do Prado expõe a Sarney argumentos dos bancários e pede interferência junto ao governo

por enquanto, a greve continua, pois não há fato novo capaz de mudar seu rumo.

Ele observou que, para os empregados desses bancos, o reajuste tem que ser maior e a participação nos resultados dos lucros precisa ser adequada, sendo essencial também o estabelecimento de um processo de reposição das perdas salariais acumuladas durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso. Em sua opinião, se o governo Luiz Inácio Lula da Silva não der

um tratamento diferenciado a essa questão, as perdas vão se agravar.

– Nesse sentido é que viemos conversar com o presidente Sarney, para que ele interceda junto ao governo federal, a fim de que sejam reabertas negociações entre os bancos públicos e o movimento sindical, e para que a gente tenha condições de receber propostas adequadas para levar às assembleias gerais. Com propostas debatidas e aprovadas, a gente sairá dessa greve com a cele-

bração de acordos coletivos – avaliou Prado.

Acompanhado do deputado distrital Augusto Carvalho (PPS-DF) e de outros representantes da Contec, Lourenço do Prado disse que Sarney possivelmente procurará o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em busca de uma solução.

– O prosseguimento da greve e a falta de negociação é um processo ruim que não ajuda ninguém, nem quem está na greve, nem os bancos, nem a sociedade – argumentou.

Marco Maciel elogia exposição em Nova York

O senador Marco Maciel (PFL-PE) elogiou a exposição *Pernambuco: Gateway to New York*, inaugurada em Nova York no dia 8 de setembro último, que reúne todo o acervo encontrado na primeira sinagoga das Américas, Kahal Zur Israel (Rochedo de Israel), fundada no século 17, no Recife, na antiga Rua dos Judeus, hoje Rua do Bom Jesus, onde agora funciona o Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco, às margens do Rio Capiberibe.

A mostra, explicou o senador, é um dos destaques da festa *Celebrate 350 Years of American Jewry* e deverá permanecer aberta à visitação pública até o final de 2004, transferindo-se depois para o Canadá.

– São fatos, tanto os passados como os presentes, que têm significados muito especiais para Pernambuco e, em particular, para o Brasil. No passado, porque se relacionam com episódios que marcam a formação de nossa identidade nacional, e com a mistura de etnias, culturas e costumes que caracterizam os brasileiros. E no presente, porque revela, uma vez mais, uma história rica de aspectos humanísticos e singulares – disse o senador.

Maciel lembrou que, no século 17, com o domínio holandês no Nordeste e a administração liberal de Maurício de Nassau, com ampla liberdade religiosa, ocorreu grande afluência de judeus de várias partes do Brasil e da Europa para Pernambuco.

Com a instalação do Tribunal do Santo Ofício (o nome da Santa Inquisição, que perseguia judeus e muçulmanos), os judeus dispersaram-se por todo o Brasil. Boa parte deles emigrou para Nova York, levando o acervo da sinagoga do Recife.



IMPORTÂNCIA Maciel lembra que mostra reúne todo o acervo da primeira sinagoga das Américas

Paim anuncia audiência para debater a paralisação

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou ao Plenário a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na próxima semana, com representantes dos bancários, dos banqueiros e do governo. O objetivo é ouvir as partes e procurar um entendimento que possa pôr fim à greve dos trabalhadores, que já persiste há mais de três semanas.

Segundo o senador, seu gabinete já recebeu mais de 2 mil e-mails de cidadãos brasileiros se queixando de dificuldades em sua vida diária por causa da greve dos bancários. Para Paim, os trabalhadores também estão sendo prejudicados pela intransigência dos banqueiros.

Atletas

O senador disse que, por requerimento de sua autoria, os atletas paraolímpicos serão homenageados pelo Senado na sessão plenária da próxima

Gerardo Magela



ENTENDIMENTO Paim diz que debate na CAS terá objetivo de pôr fim à greve dos bancários

quinta-feira (14). O grande êxito alcançado pela delegação brasileira em Atenas, comentou, é representativo da imensa coragem com que os portadores de deficiência enfrentam as dificuldades inerentes à sua condição.

Paim fez um apelo para a imediata aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, em tramitação no Senado. Ele informou que, ainda em outubro, o relator na CAS, senador Flávio Arns (PT-PR), apresentará seu parecer. Antes de ser votado em Plenário, o projeto (PLS 6/03) será examinado pela Comissão de Educação.

Arns considera justa a reivindicação da categoria

Os bancários estão lutando por salários mais dignos, mas também empenham-se por melhorias que vão beneficiar o país. Essa é a opinião do senador Flávio Arns (PT-PR), para quem a greve dos bancários – que completou 23 dias ontem e é a maior da categoria nos últimos 40 anos – deve ser apoiada pela população brasileira.

O senador disse que tem acompanhado as discussões a respeito da paralisação e percebe o esforço dos bancários para que se chegue a um consenso. Ele citou o fato de a Executiva Nacional dos Bancários ter anunciado a redução da reivindicação salarial inicial de 25% para 19%.

– É um sinal claro da busca pelo entendimento – analisou Arns, recomendando que a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) rea-

Roosevelt Pinheiro



APOIO Flávio Arns afirma que bancários empenham-se por melhorias que vão beneficiar o país

bra o diálogo na busca por um entendimento com a categoria.

Flávio Arns reconheceu que a greve tem causado transtornos à população, mas pediu solidariedade ao movimento, ao acentuar que os bancários querem também a geração de mais empregos, o aumento do horário de funcionamento das agências e a distribuição de renda, uma vez que os bancos têm obtido lucros muito elevados, frisou.

– Apoiando a mobilização dos bancários, estamos apoiando a vontade de termos um país mais justo.

Orçamento poderá ser fiscalizado pela Internet

Representantes da Consultoria de Orçamentos e do Prodasen apresentaram ontem ao presidente do Senado, José Sarney, um sistema de acesso *on-line* às informações do Orçamento da União sobre planejamento, fiscalização, controle e obras públicas.

De fácil acesso e considerado uma experiência inovadora, o Sistema de Informações Gerenciais Avançadas (Siga) estará disponível até o fim do mês para os senadores, deputados e usuários como o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Futuramente, o sistema será aberto à sociedade.

Ao acessar o sistema por um *lap-top*, o presidente do Senado o considerou fácil e anunciou que pretende inaugurá-lo, provavelmente, no dia 22 de outubro, em Plenário, convidando para o ato o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha.

Fábio Gondim, responsável pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf), disse que o programa permite um cruzamento de dados bastante fácil, capaz de dar transparência à administração pública e eficiência ao controle social.

Quem entrar no sistema vai ter acesso à parte gerencial completa da administração de recursos, com a vantagem de cruzar uma base de dados relativa a planejamento, investimentos, diretrizes orçamentárias, fiscalização e controle.



Mercadante rebate críticas de FHC e mostra avanços do governo Lula

■ Para o senador, o ex-presidente foi omissivo nas eleições e não tem autoridade para avaliar campanha do PT

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), manifestou estranheza com o fato de o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso ter declarado à imprensa que as coligações feitas pelo PT para as eleições de 3 de outubro transformariam o governo numa arca-de-noé. Em resposta, o senador disse que as coligações são naturais na democracia e decorrem das características eleitorais do país.

– O ex-presidente nem se-



MELHORIA Nos primeiros meses do governo Lula exportações cresceram US\$ 28,1 bilhões, diz Mercadante

quer apareceu nas peças publicitárias do PSDB nos últimos dois meses. Foi omissivo, e a militância do partido praticamente o ignorou – assinalou Mercadante, colocando em

Ex-presidente é estadista de melhor qualidade, diz Agripino

O líder do PFL, José Agripino (RN), respondeu em Plenário aos comentários do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) sobre o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que para o parlamentar petista “fez menos em oito anos do que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez até agora”. Mercadante disse também que “Lula é mais estadista do que Fernando Henrique”. Segundo Agripino, no entanto, “existe uma diferença de qualidade de estadista” entre Fernando Henrique e o atual presidente.

– Não se tem notícia de que Fernando Henrique tenha cometido um crime eleitoral no exercício da Presidência, como este cometido por Lula, que gastou dinheiro público para ir a uma inauguração de obra e pedir votos para sua candidata em São Paulo – declarou Agripino. Segundo afirmou, Fernando Henrique não participou da última campanha para as eleições municipais porque prefere não atuar diretamente no processo eleitoral e não por falta de prestígio.

O pefelista criticou também a reunião de Lula, no Palácio do Planalto, com os prefeitos eleitos pelo PT, logo após o primeiro turno das eleições.

– Confunde-se o público e o privado. O que preocupa demais a nós, democratas, é o viés



CRÍTICA Lula cometeu crime eleitoral ao pedir votos para candidata petista, condenou Agripino

autoritário do atual governo – afirmou.

O discurso de Agripino foi apoiado pelos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Heráclito Fortes (PFL-PI). Lobão elogiou a figura do ex-presidente da República. Heráclito criticou o líder governista afirmando que “essa arrogância do Mercadante não é novidade, mas é inoportuna”.

José Agripino cobrou ainda a diminuição da carga tributária, prometida pelos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega.

– Eles prometeram que iriam propor diminuição dos impostos, caso fosse provado que sua política aumenta a carga. Está mais do que comprovado que houve aumento da carga tributária. Então coloco aqui este desafio – disse o senador.

questão a autoridade de Fernando Henrique para avaliar a estratégia eleitoral do PT.

O líder também rebateu afirmações do ex-presidente segundo as quais o atual governo deveria comparar seu desempenho com o de seu predecessor. Mercadante enumerou pontos que atestariam os avanços na economia durante o governo Lula.

Em oito anos do governo Fernando Henrique, as exportações anuais cresceram US\$ 16,9 bilhões e nos primeiros 20 meses do governo Lula elas cresceram US\$ 28,1 bilhões, e estima-se que chegarão a US\$ 33 bilhões até o fim de 2004, comparou o senador. Ele acrescentou que em oito anos o governo FHC gerou um déficit

comercial de US\$ 9,9 bilhões, enquanto nos primeiros 20 meses de Lula o saldo comercial foi positivo e cresceu US\$ 47,3 bilhões.

Mercadante traçou paralelos entre os dois governos ainda em outras áreas, como a dívida externa e a vulnerabilidade do Brasil, o passivo externo, a responsabilidade fiscal, a volatilidade cambial e a credibilidade do país, apontando melhorias em todas elas no governo Lula. Na área interna, o líder do governo citou o combate à inflação, a geração de empregos, a retomada do crescimento, a expansão da indústria e a retomada do desenvolvimento sustentado como resultados positivos do atual governo, comparados com o anterior.

Alvaro contesta comparação feita pelo líder governista

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) contestou os números da comparação entre os governos Fernando Henrique e Lula, feita pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), ontem em Plenário, afirmando que comparações feitas com premissas equivocadas não podem chegar à verdade dos fatos. Segundo ele, essa manipulação de dados chega a “confrontar a inteligência das pessoas”.

Alvaro Dias afirmou já estar acostumado com a desinformação contida na propaganda do governo Lula, que gastou, somente em setembro, R\$ 23 milhões, quantia maior do que os gastos de todo o primeiro semestre. Sem falar da promiscuidade de ser Duda Mendonça o promotor do *marketing* eleitoral do PT e também o detentor da maior parte das verbas publicitárias do governo, protestou.

Ele contestou afirmação de Mercadante de que Fernando Henrique não participou da campanha eleitoral porque os candidatos de seu partido estariam temerosos de que seu apoio teria influência negativa sobre o eleitorado.

Para Alvaro Dias, FHC preferiu privilegiar o *status* de ex-presidente e estadista acima dos embates político-eleitorais, por entender que

seu dever maior era respeitar a sociedade e suas livres escolhas. Muitos pediram sua participação, mas ele preferiu não explicitar apoios a qualquer candidato, assinalou.

O senador pelo Paraná contestou, ponto por ponto, os números que Mercadante apresentou sobre renda do trabalhador, desemprego, projetos orçamentários, exportações, carga tributária, investimentos públicos, salário mínimo, inflação, destacando que o governo Fernando Henrique apresentou resultados melhores do que o governo Lula, em todos eles.

Em especial, Alvaro Dias afirmou que o crescimento econômico do Brasil em 2004, previsto em 4,5%, é pífio, por ser menor do que a previsão de todos os países da América do Sul, com exceção da Guiana e do Paraguai.

Segundo o senador, a situação internacional é boa, a economia mundial tem previsão de crescimento de 5% no ano e os preços das *commodities* estão em ascensão. Por isso, afirmou, o Brasil tinha que estar crescendo muito mais.

– Como o país apresentou crescimento negativo em 2003, no mínimo, os números de 2004 precisam ser divididos por dois, para espelhar a realidade – argumentou ele.



PRERROGATIVAS Alvaro aponta passividade do Congresso diante do "apetite autoritário" do governo

Alvaro condena excesso de medidas provisórias

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) condenou ontem o excesso de medidas provisórias (MPs) enviadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo e classificou como autoritário o comportamento do governo. Ele criticou a edição das MPS 219, 220, 221 e 222, publicadas no *Diário Oficial da União* na última sexta-feira (1º) e na segunda e terça-feira (4 e 5) subsequentes.

– Como se vê, é uma MP por dia. Às vezes tem até duas MPs por dia. Tem-se a impressão de que o presidente da República não consegue dormir no dia em que não edita uma medida provisória – afirmou.

Alvaro Dias também criticou a passividade do Congresso Nacional diante do "apetite autoritário que se impõe à Constituição" e disse que as prerrogativas do Legislativo estão sendo usurpadas.

O senador ressaltou que a MP 220 cria 132 cargos comissionados no Ministério de Minas e Energia, o que vai gerar uma despesa anual de R\$ 5,5 milhões. A MP 222, continuou o senador, cria a Secretaria da Receita Previdenciária, vinculada ao Ministério da Previdência Social, e mais sete cargos comissionados, cujo dispêndio anual ficará em torno de R\$ 500 mil.

Alvaro Dias lembrou que no início do ano, também por meio de medida provisória, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou 2.800 cargos.

Câmara pode votar logo a unificação de eleições

■ Paulo Octávio obtém de João Paulo Cunha promessa de empenho para colocar projeto do senador na pauta

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) obteve promessa do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT-SP), de que haverá empenho daquela Casa em agilizar a tramitação de proposta de emenda constitucional de autoria do senador unificando a data das eleições municipais, estaduais e federais a partir de 2014. Nesta semana, Paulo Octávio entregou a João Paulo o ofício com 37 assinaturas de apoio de senadores pedindo prioridade na pauta de votações para a proposta (PEC 3/99).

Segundo Paulo Octávio, o presidente da Câmara mostrou-se simpático à idéia e prometeu trabalhar pela inclusão da matéria na pauta da Casa. O senador pretende que as eleições para todos os cargos aconteçam ao mesmo tempo



COINCIDÊNCIA Paulo Octávio propõe que eleições sejam conjuntas a partir de 2014

a cada quatro anos. O relator da matéria, deputado Eduardo Sciarra (PFL-PR), também esteve presente no encontro.

O senador acredita que a unificação representará economia para os cofres públicos. As eleições realizadas na última semana para prefeitos e vereadores custaram ao Tesouro Nacional quase R\$ 600 milhões, informou. Valor semelhante será repetido em 2006 nas eleições para governador, deputado estadual, deputado federal, senador e presidente da República.

Serys destaca crescimento do PT em Mato Grosso

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) registrou o crescimento do Partido dos Trabalhadores em Mato Grosso, onde elegeu sete prefeitos, nove vice-prefeitos e 97 vereadores. Na capital, Cuiabá, o candidato do PT, Alexandre César, chegou ao segundo turno com 33,5% dos votos e com boa chance de ser eleito no segundo turno, conforme a senadora.

Serys comentou a pesquisa sobre as estradas federais do país, divulgada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), revelando que 74,7% das rodovias têm algum tipo de deficiência. "Infelizmente, ainda temos problemas graves nas rodovias do país", disse.

A senadora voltou a pedir ao governo federal que destine mais recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), conhecida como "imposto dos combustíveis", à recuperação das estradas. E lembrou que os estados e municípios conseguiram da União uma fatia de 29% da Cide, mas esse dinheiro só tem sido usado em rodovias estaduais e municipais.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que as rodovias do Paraná "vêm sendo destruídas", ao mesmo tempo em que o governador autoriza a construção de novas "praças de pedágio". Já Valdir Raupp (PMDB-RO) informou que,

– Será, sem dúvida, um calendário mais prático e mais adequado a nossa realidade e que virá contribuir positivamente para o aperfeiçoamento democrático, na medida em que possibilitará ao cidadão um melhor acompanhamento daqueles projetos e programas que tenham interdependência com relação às três esferas do Poder Executivo – disse.

Paulo Octávio destacou que a aprovação de sua proposta acabará com a dificuldade dos prefeitos de terem que lidar ao longo de seus mandatos com dois governadores e dois presidentes diferentes. Com o objetivo de unificar o calendário eleitoral, a proposta prevê que os próximos mandatos dos prefeitos e vereadores sejam de seis anos.

No Senado tramita projeto semelhante do senador Sibá Machado (PT-AC). A proposta também prevê que os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em 2008 terão mandatos de seis anos para permitir a coincidência das eleições a partir de 2014.



PEDIDO Serys espera que recursos da Cide viabilizem a recuperação de rodovias no país

com o início das chuvas na região amazônica, "até trechos asfaltados se transformaram em atoleiros".

Serys Slhessarenko também comemorou a decisão da Rússia de assinar o Protocolo de Kyoto, tratado internacional que busca promover a redução dos gases poluentes que ameaçam levar a Terra a um aquecimento global.



SATISFAÇÃO Jucá registra a vitória de Teresa Jucá na reeleição à prefeitura de Boa Vista

Jucá elogia atuação do tribunal de Roraima

Ao manifestar satisfação com a expressiva vitória da prefeita Teresa Jucá, candidata da aliança PPS-PMDB à reeleição à prefeitura de Boa Vista, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) pela lisura e pelo alto nível da campanha e das eleições em todo o estado.

Segundo ele, a vitória de Teresa, com 57% dos votos, teve eco nas principais cidades de Roraima, onde a aliança obteve expressivos resultados.

Reforma tributária

Jucá também se mostrou preocupado com a não votação de dois dispositivos da reforma tributária que beneficiam as prefeituras e os estados mais pobres do país. O primeiro diz respeito ao aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que teria um reforço de 60% a mais na parcela relativa ao final do ano, que as prefeituras iriam usar para pagamento do 13º salário. Apesar de acordado com o governo, a matéria não foi votada até hoje pela Câmara dos Deputados.

O outro dispositivo, que destina mais de R\$ 2 bilhões para os estados mais pobres, também não foi votado pelos deputados, afirmou o senador. A situação financeira desses estados e da maior parte das prefeituras é precária, disse Jucá, considerando injustificável que medidas que os beneficiam, e foram exaustivamente negociadas com o governo, não sejam examinadas pela Câmara.

Comissão vai apurar incidentes em Boca do Acre

O presidente do Senado, José Sarney, designou o senador Sibá Machado (PT-AC) para compor uma comissão de três senadores para verificar *in loco* os incidentes ocorridos na cidade de Boca do Acre, no sul do Amazonas, próxima à divisa com o Acre. Na noite da eleição,

foram incendiados o fórum, a sede da prefeitura e uma emissora de rádio e depredada a casa do prefeito Iran Lima (PPS), candidato à reeleição. O resultado do pleito somente foi divulgado 24 horas após sua realização, apontando a vitória de Iran Lima, com 5.699 votos.

A comissão foi solicitada em requerimento apresentado pelo próprio Sibá. Sarney determinou de pronto sua constituição com o argumento de que a próxima sessão deliberativa do Senado está marcada para 19 de outubro. O requerimento pede também que a constituição

da comissão seja comunicada ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, Kid Mendes de Oliveira; ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Sepúlveda Pertence; e ao governador do Amazonas, Eduardo Braga, o que foi deferido por Sarney.



PROVIDÊNCIA Heráclito pede a Tuma que envie documento à Corregedoria da Justiça Eleitoral

Heráclito se defende de acusação de juiz

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) encaminhou ontem ao senador Romeu Tuma (PFL-SP), corregedor do Senado, material relacionado ao episódio em que teria sido vítima de abuso de autoridade por parte de um juiz eleitoral do Maranhão. Heráclito foi acusado, sem provas, de comprar votos naquele estado.

O senador solicitou que Tuma repasse à Justiça Eleitoral do Maranhão transcrição de declaração do juiz Fernando Barbosa de Oliveira Júnior. O juiz justifica, em uma entrevista na Internet, o tratamento dispensado a Heráclito dizendo que “aos ricos, os rigores da lei; aos pobres, os favores da lei”.

– A Justiça é feita para todos, o que demonstra a parcialidade do juiz – respondeu o senador, alertando ainda para ameaças que estariam sofrendo os moradores de Barreirinhas (MA) que testemunharam o episódio.

Capiberibe passa bem, comunica Tião Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) comunicou ontem ao Plenário que o senador João Capiberibe (PSB-AP), que sofreu no dia anterior uma crise de insuficiência coronariana aguda, tendo sido submetido a uma angioplastia para desobstrução da artéria, passa bem, embora continue hospitalizado. O representante acreano ressaltou que Capiberibe é “uma das maiores biografias” do país.

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que, tão logo teve conhecimento da crise sofrida por Capiberibe, determinou ao diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, que comparecesse ao hospital e oferecesse ao senador e aos médicos que o assistem todas as facilidades disponíveis.

Tourinho pede mudanças para agências reguladoras

■ Senador quer suprimir possibilidade de corte de verba para órgão que não cumprir determinadas metas

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) alertou ontem para a necessidade de alteração no texto do projeto do governo que disciplina a atuação das agências reguladoras, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A proposta está em tramitação na Câmara dos Deputados e, segundo o senador, é fundamental que alguns pontos do texto sejam alterados.

Tourinho quer suprimir o dispositivo sobre os contratos de gestão das agências reguladoras que prevê que o Ministério de Minas e Energia fixará metas a serem atingidas pelas agências. No caso do não cumprimento dessas metas, a agência sofrerá corte orçamentário por parte do governo. Para o senador, tal



POLÊMICA Tourinho se diz favorável à transferência do poder de concessão para os ministérios

determinação fere o princípio de autonomia das agências.

Outro dispositivo que o senador pretende suprimir diz respeito à criação de uma ouvidoria das agências vinculada à Presidência da República. A seu ver, não há necessidade de um novo órgão institucional para essa atribuição, uma vez que ela, por lei, é desempenhada no âmbito de cada agência.

Tourinho se disse favorável à manutenção no texto de outro ponto considerado polêmico,

que se refere à transferência do poder de concessão, hoje atribuído às agências, para os ministérios. Conforme sustentou, no caso do setor elétrico, somente o Ministério de Minas e Energia poderia determinar a destinação das concessões, atendendo a experiência técnica inerente às suas responsabilidades.

O senador alertou ainda para a falta de cumprimento, por parte do governo, de acordos firmados no Congresso com os partidos de oposição, objetivando aumentar os investimentos da iniciativa privada no setor elétrico. Segundo ele, o governo não está investindo o que deve, descumprindo também as determinações estabelecidas na lei do novo modelo do sistema.

– Os investimentos do governo caíram pela metade nos últimos 14 anos. Nos anos 80, cerca de R\$ 12 bilhões foram aplicados, contra R\$ 6 bilhões verificados nos anos 90 – finalizou Tourinho.



FACILIDADES Augusto sugere normas simples e diminuição das exigências para expandir o setor

taxas. Atualmente, os juros das cooperativas equivalem à metade dos juros cobrados pelas demais instituições financeiras. Taxas menores, lembrou, resultariam em estímulo para a produção e o consumo, com o conseqüente aumento da oferta de emprego e da renda.

– Cruzaríamos, pouco a pouco, a ponte entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento – afirmou.

O senador citou dados do Banco Central para mostrar o grande potencial de crescimento do setor no país. As informações, de 2003, atestam que 2,14% das operações de crédito realizadas nos bancos do sistema financeiro nacional são de responsabilidade das cooperativas de crédito, que possuem 2,24% do patrimônio líquido total do setor. Ao todo, são atendidas 2 milhões de pessoas.

O número de cooperativas aumentou mais de 10% nos últimos três anos, passando de 1.311, em 2000, para 1.454, em 2003. Para Augusto, trata-se de



"ESCOLINHA" Virgílio afirma que esse procedimento causa constrangimentos aos funcionários

Virgílio critica doutrinação de diplomatas

Doutrinação política e constrangimento a embaixadores estão acontecendo no Ministério das Relações Exteriores (MRE), denunciou o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Ele leu reportagem publicada na edição de 15 de setembro da revista *Veja*, intitulada “Escolinha do professor Samuel”, segundo a qual o secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, obriga os diplomatas que serão transferidos de posto a serem sabatinados sobre livros afinados com “a doutrina nacional-terceiro-mundista do atual governo”.

– Esse procedimento está causando grandes constrangimentos, uma vez que não há um estímulo ao espírito crítico, mas sim uma tentativa de doutrinação – afirmou Virgílio.

Senado aprova indicação de embaixadores

O Senado votou na sessão deliberativa realizada nessa quarta-feira (6) a escolha de dois nomes para embaixadas brasileiras, uma em El Salvador e outra no Timor Leste.

O *Jornal do Senado* publicou com erro o nome das autoridades aprovadas. Para a embaixada na República do Timor Leste, os senadores acolheram a indicação do ministro de segunda classe da carreira de diplomata Antonio José Maria de Souza e Silva, com 34 votos favoráveis, 7 contrários e 2 abstenções.

Já o diplomata Eduardo Prisco Paraíso Ramos, também ministro de segunda classe do quadro permanente do Itamaraty, vai exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República de El Salvador. A indicação do diplomata foi aprovada por 37 votos a favor e 5 contrários.

Transposição só beneficia exportadores, diz Heloísa

■ Segundo a senadora, apenas 5% das águas transpostas do São Francisco abastecerão vilas e cidades

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) pediu da tribuna que o governo federal coloque novamente em discussão o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. De acordo com ela, esse seria um caminho para que a proposta ganhe apoio no Nordeste.

– Do jeito que está, o projeto é propaganda enganosa do governo, pois as águas serão levadas para irrigar projetos de produção de frutas e cereais destinados à exportação, e não para amenizar a fome dos nordestinos – afirmou, frisando que só 5% das águas transpostas serão usadas para abastecer vilas e cidades da região.

Para a senadora, se o governo “quer realmente fazer um projeto de interesse do povo”, deve primeiro providenciar o tratamento dos esgotos de 503 municípios que são jogados no leito do São Francisco.

– Em segundo lugar, deve cuidar das nascentes do São Francisco e de seus afluentes, proibindo o desmatamento desenfreado que está secando ribeirões e riachos que desembocam no rio – apontou.

Heloísa Helena participou de



DEBATES Heloísa Helena sugere que governo coloque o projeto novamente em discussão

uma missa no *canyon* do São Francisco, na divisa de Sergipe com Alagoas, onde houve manifestações contra o projeto.

– Pertinho do rio estão centenas de milhares de sertanejos que nunca tiveram acesso às suas águas, seja para beber ou para irrigar suas plantações. O São Francisco sempre foi dos grandes latifundiários que são donos das terras às suas margens – acrescentou.

Comissão

Heloísa Helena lembrou ainda que uma comissão especial do Senado, presidida pelo ex-senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), estudou o assunto, realizou diversas audiências públicas com especialistas e chegou à conclusão que a transposição é inviável. Além disso, prosseguiu, o relatório final da Comissão Especial do São Francisco relacionou

propostas alternativas concretas e viáveis para minimizar o desmatamento, combater o assoreamento e o desbarrancamento, e revitalizar o rio.

– Todo esse trabalho está sendo jogado no lixo pela megalomania do governo Lula, que ludibria a opinião pública dizendo que essa obra vai combater a sede dos nossos irmãos nordestinos. Menos de 5% da área beneficiada com a transposição está no semi-árido. Essa obra vai beneficiar os grandes produtores, que vão exportar mangas para enfeitar as mesas de hotéis americanos e soja para fazer a ração que vai alimentar os porcos europeus – disse a senadora.

Morte

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI), em aparte, relatou que, ao sobrevoar o interior do seu estado, constatou que o Rio Parnaíba e seus afluentes estão morrendo. Para ele, o governo deveria priorizar a recuperação do Parnaíba antes de pensar em transposição do São Francisco, pois, quando a água chegar lá, não haverá rio.

– Esse é um projeto de empreiteiros – afirmou.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) relatou ter acompanhado o trabalho da Comissão Especial do São Francisco e classificou-o como completo. Para ele, qualquer obra deveria ter o relatório da comissão como ponto de partida.



APOIO Estado receberá US\$ 6,8 bilhões em investimentos públicos e privados, em 2004, afirma Saturnino

Para garantir a construção da refinaria, Saturnino pediu apoio de toda a bancada fluminense do Congresso. O senador também alertou sobre a necessidade de o governo garantir financiamento para a construção naval.



PRÓ-EMPRESA Raupp também elogia programa que irá retirar microempresas da informalidade

Raupp defende manutenção de área para agricultores

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apelou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao governo federal para que mantenham a ocupação de uma área de 100 mil hectares em Rondônia por 20 mil famílias de agricultores sem-terra, em troca de uma outra área de 220 mil hectares, a ser destinada a reserva ecológica. O Ibama quer desalojar os sem-terra porque a área é uma reserva ambiental.

Ainda em seu pronuncia-

Mozarildo cobra solução para terras de Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) apelou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que resolva o problema das chamadas terras devolutas (pertencentes à União) em Roraima. O estado, que acaba de completar 16 anos (foi criado pela Constituição de 1988), só tem disponíveis 12% de seu território.

– Não sobra praticamente nada para o desenvolvimento industrial e agrícola do estado – disse Mozarildo.

O senador relatou o conflito com a Fundação Nacional do Índio (Funai), que insiste em demarcar as terras da reserva indígena Raposa/Serra do Sol.

– A questão está no Supremo Tribunal Federal, e o problema são as reservas de ouro, nióbio e urânio sob as terras, e por trás disso estão o Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

mento, Raupp elogiou o lançamento, pelo presidente da República, de projeto que institui um regime previdenciário, tributário e trabalhista simplificado para as empresas individuais com faturamento de até R\$ 36 mil por ano, o Pró-Empresa. Quando entrar em vigor, informou ele, o novo pacote vai eliminar para tais empresas o Imposto de Renda, o PIS/Pasep, a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a previdência patronal.

– Trata-se de empresas que, geralmente, estão na informalidade, não recolhendo impostos, não gozando de benefícios trabalhistas, que são invisíveis para o Estado – disse o senador. Ele considerou que a simplificação proposta será enorme e “causará um benéfico e desejável fluxo de inúmeras microempresas da informalidade para a legalidade fiscal”. Atualmente, calcula-se em 20 milhões o número de pessoas no mercado informal de trabalho.

O senador elogiou também o PMDB de seu estado, que elegeu prefeitos em nove dos dez maiores municípios de Rondônia.



LIMITAÇÃO Para Mozarildo, estado só dispõe de 12% de seu território para atividades produtivas

e o Conselho Indigenista de Roraima (CIR), que querem manter os minerais intocados – afirmou Mozarildo.

O senador fez um histórico da criação de Roraima, proposta por ele durante a Assembleia Nacional Constituinte.

– Nesses 16 anos como estado emancipado, Roraima prosperou mais do que nos 45 anos em que foi território federal – avaliou o senador.

Em aparte, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) elogiou o pronunciamento e garantiu que os índios querem integrar-se à economia e à cultura do estado.

Para Saturnino, governo federal não discrimina o Rio

A fim de demonstrar que o governo federal não discrimina o Rio de Janeiro, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) citou levantamento publicado pelo jornal *O Globo* segundo o qual os investimentos públicos e privados programados e anunciados em 2004 para o estado chegam a US\$ 6,8 bilhões. Ele explicou que, do total de recursos, cerca de US\$ 5 bilhões deverão ser investidos pela Petrobras e parceiros para a construção de uma refinaria petroquímica.

Segundo o senador, o levantamento do jornal apontou o

Rio de Janeiro como o segundo estado na hierarquia dos que receberão mais investimentos este ano, somente abaixo de São Paulo. Ele destacou que a construção da refinaria em Itaguaí, próximo ao Porto de Sepetiba, é o primeiro passo para que o estado possa ver concretizado o sonho de sediar um pólo petroquímico.

– Essa notícia é importante porque revela a tendência de recuperação da economia fluminense. O fato de o maior investidor ser a Petrobras desmente toda a hipótese de discriminação – afirmou.